

“A primeira infância vai à escola”

O regulamento do Jardim da Infância – Goiás/1928

Alessandra Arce

Diane Valdez

Resumo

Este é um artigo no campo da história da educação tendo como fonte referencial o Regulamento e o Programa do Jardim da infância de 1928 da capital do Estado de Goiás. Essa fonte oficial aponta dados importantes sobre a concepção de criança compreendida no período, assim como as práticas pedagógicas pensadas para a criança menor de seis anos. A implementação do Jardim da Infância na Cidade de Goiás acontece ao meio das exigências do otimismo pedagógico nacional com forte influência da Escola Nova e da psicologia que referendava um *novo* modelo de escola, *novas* formas de abordar a infância, *novos* métodos. O modelo implementado no Regulamento e Programa oficial goiano foi inspirado no modelo paulista e procura pautar-se na Pedagogia desenvolvida por Friedrich Froebel, tentativa essa marcada por contradições, mas frutífera para a análise de práticas pedagógicas em jardins-de-infância no Brasil do início do século XIX.

Palavras-chave: Jardim de infância; História da Educação Regional; Infância; Teoria Froebeliana.

Abstract

This article aim is to discuss a important document produced in 1928 in the Capital of Goiás State: O Regulamento e o Programa do Jardim de Infância. This document contains some informations about the concepts of childhood at this time in this State. The implementation of this Kindergarten occurred surrounding by a new wave of optimism in Brazilian pedagogy influenced by the progressive education movement. This movement demanded a new conception of education and school which ones the Kindergarten had to follow. The document is full of contradiction, although, it is a rich source of analyzes about how the early childhood education was thought in Brazil during the earliest years of the Twenty Century.

Key-words: Kindergarten; History of Education; Early Childhood; Froebel's Theory.

Introdução

Neste artigo analisamos o Regulamento e o Programa do Jardim da Infância implementado pelo Decreto n. 9.951 A, de 17 de setembro de 1928 no Estado de Goiás – mais precisamente na então capital do estado: Cidade de Goiás –, tendo como objetivo principal, entre outros, buscar pistas que apontem como essa fonte oficial desnuda à concepção de infância que alicerçava o trabalho com as crianças dessa instituição pública anexada à Escola Normal da capital de Goiás. Ao abordarmos neste texto qual era a infância pensada no Regulamento, pretendemos apontar para quem se destinava o Jardim da Infância de 1928. Bem como apresentar os princípios metodológicos orientadores da prática pedagógica. Dados os limites deste artigo não será abordada no mesmo a questão da efetivação das práticas pedagógicas dessa instituição no decorrer da História da Educação Infantil.

Ao manusearmos uma fonte oficial, como o Regulamento em questão, devemos nos atentar para as ambigüidades, contradições e outros elementos que fontes dessa natureza – sem deixar de reconhecer sua importância e riqueza – apresentam. A análise da documentação escrita deve ser criteriosa buscando revelar o que não foi dito, pois essa (documentação) traz representações e alguns significados que precisam ser analisados. É importante ter cautela e proceder à leitura de forma cuidadosa tendo como referência à conjuntura histórica e o contexto social, econômico e político que o período apresenta evitando, dessa forma, a leitura anacrônica, muito comum nas análises dessas fontes. Os dados obtidos por meio da análise documental são de natureza qualitativa e trazem significativas contribuições para a História Social desde que sejam trabalhados de forma crítica e cruzados com dados obtidos por meio de outras fontes. Esse cuidado metodológico é imprescindível pois o documento não fala por si próprio, embora seu texto possa ser revelador de importantes pistas para o estudo historiográfico.

A experiência humana não se modifica enquanto passado, o que sofre alteração é a investigação sobre ela. A subjetividade, presente no trabalho do historiador, aparece envolta pelas concepções tomadas como referência para análise do documento, objeto de seu trabalho:

Ao mesmo tempo em que a postura e a experiência de vida do pesquisador vão estar presentes no seu trabalho, enquanto sujeito do conhecimento, esta mesma bagagem é histórica tornando-o um objeto, isto é, o historiador também é fruto do seu tempo. (VIEIRA, 1989, p. 30)

Assim o sendo, entendemos este trabalho como fruto de nosso tempo e não podemos negar que nosso olhar reflete preocupações e desafios

hoje postos para pensarmos a Educação Infantil no Brasil, uma área ainda relativamente pouco explorada pela historiografia educacional.

Para tanto, este trabalho subdivide-se em quatro itens: o primeiro intitulado ‘A região goiana: um breve comentário da história’ apresenta de forma sucinta um pouco da história da formação da região de Goiás. História esta colocada como pano de fundo para as discussões travadas no decorrer do texto. O segundo item intitulado ‘O Regulamento oficial do jardim da infância’ apresenta o documento e uma descrição da clientela que o freqüentava; o terceiro item, ‘O ideal de infância: a criança sadia’ dedica-se a analisar a concepção de infância subjacente ao Regulamento por meio do ideal de criança que se pretendia formar no Jardim de Infância; o quarto item ‘Orientação froebeliana: real ou simbólica?’ desnuda um pouco mais esta concepção de infância através da análise da utilização contraditória da teoria educacional de Friedrich Froebel como norteadora do Regulamento e do trabalho realizado na escola; por fim o quinto item ‘Conclusões’ retoma as análises empreendidas neste texto objetivando-as na necessidade de maiores estudos a respeito da história da educação de crianças menores de 6 anos em nosso país, suas práticas, concepções, instituições e teóricos.

A região goiana: um breve comentário da história

Goiás recebeu essa denominação por conta da ocupação da região pelos índios *goyazes* que no conflito com os bandeirantes foram dizimados não restando vestígios que registrassem sua história. Na procura por minérios os bandeirantes paulistas penetraram pelos sertões em busca de riquezas, pois já haviam encontrado ouro e outros minérios na região de Minas Gerais (1690) e Mato Grosso (1718). Goiás se localizava entre essas duas regiões, sendo assim alvo de interesse, busca e posteriormente exploração por parte da coroa portuguesa tendo como referência às expedições das bandeiras. Bartolomeu Bueno da Silva – o Anhangüera – um paulista experiente que com a licença do rei compôs sua expedição com cerca de 500 membros e partiu de São Paulo em 1722 em direção a esta região na qual localiza-se Goiás. A bandeira seguiu sem rumo durante meses pelo cerrado, muitos membros morreram por inanição, outros desertaram em função das constantes brigas. Porém, a obstinação de Anhangüera fez com que três anos depois a bandeira voltasse triunfante a São Paulo comunicando a descoberta de córregos auríferos na região.

Em 1726 inicia-se a ocupação da região do Rio Vermelho, no Arraial de Sant’Anna, que depois se chamaria Vila Boa e mais tarde cidade de Goiás, capital de Goiás durante 200 anos até a transferência para Goiânia

em 1937. O ciclo do ouro deu seqüência a uma colonização irregular e instável, foi intenso e breve, pois, cerca de 50 anos depois há um declínio na produção aurífera semelhante ao que aconteceu em Minas Gerais e Mato Grosso. Apesar desse período ser identificado por alguns historiadores como decadente outros defendem que a transição da mineração para agropecuária não transformou radicalmente a vida socio-política e econômica da região e que a reprodução da idéia de decadência vai “atravessar o império e penetrar camaleonicamente na Primeira República sob o manto do atraso”. (CHAUL, 1997, p.76).

A idéia de atraso era defendida pela oligarquia local para manter seu poder político, a construção da idéia de modernidade acontece após o movimento de 30 em meio aos conflitos de grupos políticos representantes dos “velhos tempos” e dos “novos tempos”. Após a mineração a economia goiana se tornou agrária, apesar da agropecuária sempre ter existido como subsidiária da mineração. Ao longo do Império a pecuária era considerada de maior importância que a agricultura, foi a marcha do café, a industrialização e a urbanização que provocaram a partir de 1912 a agricultura comercial. Goiás inicia sua inserção no mercado nacional com mais intensidade nesse período devido à dois fatores: “o desenvolvimento da economia cafeeira no Centro-sul do país e a penetração dos trilhos da estrada de ferro no território goiano”. (idem, p. 98).

O contexto histórico do Estado de Goiás durante as três primeiras décadas do século XX encontra-se inserido nos acontecimentos que ocorreram no restante do país. A República traz o ideal federativo, a autonomia para os estados, e a meta de “atingir o progresso dentro da ordem”. Porém na região goiana como descreveu Palacín (1990, p. 215) esse é um

período agitado, tenso, com grandes reviravoltas em que os líderes surgem pela aglutinação das forças políticas e são derrubados pela extrema mobilidade dos partidos e das personalidades (...) Pouco a pouco os grupos no poder se consolidam, tanto no plano estadual como no municipal. É a época áurea das oligarquias e coronelismos que reinam sem contestação, absolutos.

A Revolução de 30 (trinta) teve significados importantes para a região, mesmo que não tenha modificado profundamente a relação oligárquica que predominava. O Estado passou a ser visto como promotor de desenvolvimento como registrou Silva (2001, p. 162) “Ao deslocarem do poder as oligarquias “tradicionais”, as oligarquias “modernas” foram as principais condutoras, em Goiás, do processo de constituição do Estado burguês”.

A criação do Jardim da infância em 1928 estava inserida neste contexto político e social que visava a promoção do desenvolvimento da

região. Nesse momento histórico a educação das crianças era vista como algo significativo para a nova ordem. Em Goiás a idéia de contrapor o “atraso” ao “moderno” encontra ressonância nesse período, reforçando investimentos na educação como uma das formas de (re)organização do poder. Essas questões estão implícitas ao Regulamento do Jardim da Infância. A década de vinte evidencia a procura e o aumento das vagas nas escolas primárias e secundárias, fator esse relacionado ao desenvolvimento econômico já citado. Essa tese (que via a criança como fonte de consolidação do processo de modernização da nação) semelhante a outras que circulavam pelo país – reforça que a educação seria a redentora do país combatendo o ostracismo e o atraso. Um dos fatores que marcava este atraso era a alta taxa de analfabetismo, 80% naquela época, incompatível com o discurso modernizador da sociedade. Investir no início da escolarização o mais cedo possível contribuiria, assim, para a reversão deste quadro, visto que a educação pré-escolar poderia preparar as crianças para o ingresso no ensino primário garantindo assim o seu sucesso. Podemos aliar a este discurso a divulgação dos ideais do movimento escolanovista através de ilustres educadores da época como Lourenço Filho e Anísio Teixeira (que em 1932 viriam a lançar o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em prol da educação pública, leiga, obrigatória, democrática, de qualidade e renovada). Portanto, no campo educacional clamava-se por uma mudança qualitativa no cotidiano escolar e como os autores escolanovistas internacionais (Montessori, Dewey, Freinet entre outros) e os nacionais apontavam para a educação das crianças menores de 06 anos como fundamental para o processo educacional. Um exemplo de intelectual brasileiro a reconhecer a necessidade dos jardins-de-infância foi Rui Barbosa, que em 1882 em seu parecer sobre a reforma do ensino dedica um capítulo ao estudo do Jardim-de-Infância, defendendo sua implantação e enaltecendo a sua importância enquanto primeiro estágio do ensino primário. o governo acaba por encampar esse discurso na busca por resoluções para eliminar o ‘monstro’ do analfabetismo capaz de devorar os intuítos modernizadores da sociedade brasileira.

Não podemos deixar de mencionar que as Instituições de Educação Infantil (Creches, Jardins-de-Infância e escolas maternas) começam a chegar ao Brasil na década de 1870. Em 1875 Menezes Vieira, funda o primeiro Jardim-de-Infância privado do Brasil, anexo a sua escola no Rio de Janeiro. Em 1877 a Escola Americana, em São Paulo, implanta também um Jardim-de-Infância. Ambos possuíam alicerces teóricos e

práticos na pedagogia froebeliana. Portanto, o Goiás encontrava-se não a proa deste movimento mas a reboque.¹

Apontamos aqui, de acordo com esse contexto citado, que a implementação do Jardim da Infância na cidade de Goiás acontece em meio a essas novas exigências: um *novo* modelo de escola, *novas* formas de abordar a infância, *novos* métodos, com forte influência da Escola Nova e da psicologia.

O Regulamento oficial do Jardim da infância

O modelo implementado no Regulamento oficial goiano foi inspirado no modelo paulista. O modelo em questão trata-se do Jardim da Infância Caetano Campos, criado em 1896 na cidade de São Paulo anexo à escola normal do Estado. A "Revista do Jardim da Infância", publicada em dois volumes 1896 e 1897, traz em suas páginas impressas a orientação pedagógica centrada na pedagogia de Friedrich Froebel, que também se apresentará como guia do trabalho no Regulamento Goiano. O Diretor Geral da Instrução Pública de São Paulo de julho de 1928 encaminha um ofício ao Secretário do Interior e da Justiça de Goiás esclarecendo que "atendendo o pedido feito por telegrama envio a V. Exc. dois exemplares relativos ao ensino do Jardim da Infância e escolas Maternais do Estado."(AHG – cx 755/1928). A importância de sua implementação é evidenciada no relatório governamental de julho de 1928 que se referia ao ensino primário salientando que "para disseminação e eficiência deste,

¹ Vários pesquisadores no Brasil produziram e produzem trabalhos procurando resgatar estas primeiras instituições de Educação Infantil, em alguns destes trabalhos às instituições aqui mencionadas são detalhadamente exploradas, portanto para maior aprofundamento, recomendamos a leitura das seguintes obras: KUHLMANN JR., Moysés – Educando a Infância Brasileira- in LOPES, T. E. M.; FARIA FILHO, L. & VEIGA, C. G. (org.) (2000) – 500 anos de educação no Brasil – Belo Horizonte: Autêntica. KISHIMOTO, Tiziko M. (1996) - A Pré-Escola em São Paulo (das Origens a 1940) – São Paulo: Loyola. KUHLMANN JR, M. (1996) – As Grandes Festas Didáticas: A Educação Brasileira e as Exposições Internacionais, 1862-1922- São Paulo: USP/FFLCH, tese de doutorado. KUHLMANN JR., M. (1998) – Infância e Educação Infantil – uma abordagem histórica – Porto Alegre: Mediação. PINAZZA, M. A (1997) – A Pré-Escola Paulista à Luz das Idéias de Pestalozzi e Froebel: memória reconstruída a partir de periódicos oficiais – São Paulo: USP, tese de doutorado. MONARCHA, C.(org.)(2001) – Educação da Infância Brasileira 1875-1983 - Campinas/SP: Autores Associados/FAPESP. BASTOS, M. H. C. (2002) – Pro pátria laboremus: Joaquim José Menezes Vieira (1848-1897) –Bragança Paulista/SP:EDUSF.

muito concorrerão os jardins de infância, instituição que já é tempo de se tentar na capital do Estado"².

O Decreto nº 9.951 A, de 17 de setembro de 1928 instaura o primeiro jardim-de-infância de Goiás, conforme registrado em sua página de abertura:

O Presidente do Estado, usando da autorização que lhe concede a lei nº 851 A de 10 de julho do corrente anno, resolve crear nesta Capital, sob a denominação de 'Jardim da Infância', um estabelecimento destinado a educação de creanças que não tenham attingido a idade escolar, e mandar que nelle se observe o regulamento que com este baixa.

O Secretario de Estado dos Negócios do Interior e de Justiça assim o entenda e faça executar.

Palacio da Presidencia do Estado de Goyaz, 17 de setembro de 1928,
40º da Republica

Brasil Ramos Caiado³

O "Regulamento e Programa do Jardim da Infancia" encontra-se subdividido em 8 artigos. O primeiro artigo, com quatorze parágrafos, dedica-se a apresentar os objetivos do Jardim da Infancia:

Art. 1º: - O Jardim da Infancia comprehende tres periodos e tem por fim:

1: Dar á creança antes dos 7 annos, a idéia e a noção das cousas pela via dos sentidos;

2: Imprimir ao ensino, desde o inicio, um caracter puramente sensorial, e cuidar do desenvolvimento da attenção e da aptidão motora;

3: Estimular as actividades espontaneas e livres da creança, induzindo-a a tentativas e experiencias, banidas as imitações e reproduções servis;

4: Desenvolver, gradativamente, as faculdades, por meio de exercicios adequados sobre objectos e seres familiares ao espirito infantil;

5: Imprimir o gosto pelo bem e pela verdade, por meio de historietas proprias e accessiveis á comprehensão da creança;

6: Despertar o espirito de observação da creança, estimular a sua imaginação e satisfazer os interesses proprios de sua idade;

² Lei nº 8551 e 10/jul/1928. Correio Oficial. Goiás, (1445): 01/13 jul.1928. In: Canezin e Loureiro:1994, p.66.

³ Regulamento e Programa do Jardim da Infancia - (1928), Goyaz: Officinas do "Correio Official", p. 01

- 7: Aproveitar os objectos da natureza para desenvolver as actividades occultas da creança;
- 8: Apresentar á creança um programma de idéas associadas pelo principio do centro de curiosidades;
- 9: Cultivar e desenvolver os dons de linguagem e de expressão, por meio de jogos vocaes que appellem para os interesses instinctivos da creança;
- 10: Cuidar da educação do ouvido, para a percepção e comprehensão das gradações dos sons, que despertam a attenção infantil;
- 11: Preparar a creança para receber com proveito a instrução primaria, iniciando-a na leitura, escripta, desenho, calculo, por meio de brinquedos apropriados;
- 12: Combater os automatismos e tregeitos inuteis, servindo-se, para estes fins, de exercicios variados e occupações uteis em todos os momentos livres;
- 13: Não intervir na actividade infantil, senão para disciplina-la, corrigi-la, e orienta-la para o fim da formação dos primeiros habitos moraes, hygienicos e sociaes;
- 14: Fazer, finalmente, do Jardim da Infancia um laboratorio de actividades, experiencias e exercicios educativos.⁴

O segundo artigo, constituído de 14 parágrafos estabelece o que deve conter o programa do Jardim da Infancia:

Art. 2º: - O programma do Jardim da Infancia comprehende:

- 1: Exercicios de linguagem; recitativos e monologos;
- 2: Dons Fróbelianos;
- 3: Contagem de bolas e conhecimentos dos numeros no mappa;
- 4: Cores primarias e secundarias;
- 5: Confeccões de modelos simples de mosaico e architectura;
- 6: Desenhos de páozinhos, lentilhas, piões, taboinhas com applicações diversas, desenho de imaginação;
- 7: Exercicios representativos de figuras geometricas com gonigrapho, exercicio de graça;
- 8: Contos breves e pequenos hymnos, movimentados e accessiveis á comprehensão infantil;
- 9: Exercicios physicos com os dedos, mãos, braços, pernas e cabeça;

⁴ "Regulamento e Programa do Jardim da Infancia"(1928 p. 04 e 05)

10: Marchas, saltos, rondas, corridas e jogos imitativos do cultivador e do operário, acompanhados sempre de cantos;

11: Regras de etiquetas e conversações sobre o respeito devido aos pais, aos mais velhos, aos iguais e aos criados; noções rudimentares sobre a família, a sociedade e as autoridades constituídas.

Estes ensinamentos devem ser ministrados por meio de brinquedos que despertem o interesse infantil;

12: Jardinagem;

13: Jogos sensoriais visuais; visuais motores; motores; auditivos motores; e finalmente, os chamados jogos sociais;

14: Trabalhos manuais com palhinhas, continhas, dobraduras, cortes e recortes de papel, tecelagem, alinhavos, anéis, varetas, perfurações e trabalhos de serrinha.⁵

O terceiro artigo estabelece o ensino individualizado como meta do Jardim: "Art. 3º - O ensino deve ser, tanto quanto possível, individualizado, reduzindo-se o número de alunos em cada classe".⁶ Já o quarto artigo estabelece a faixa etária e abre um parágrafo único no qual exclui-se do atendimento a criança portadora de necessidades especiais:

Art. 4º: - Serão somente admitidas à matrícula no Jardim da Infância crianças de 4 a 7 anos, mediante prova de vacinação anti-variolica e de que não sofrem de nenhuma molestia contagiosa ou repulsiva.

Parágrafo Único - Todas as crianças cegas e surdas-mudas e idiotas não poderão ser matriculadas.⁷

O artigo quinto estabelece o uniforme a ser usado pelas crianças do Jardim: "Art. 5º - Todas as crianças deverão ter, obrigatoriamente, tres aventais brancos, conforme modelo adoptado no Jardim da Infância".⁸ Os artigos sexto, sétimo e oitavo tratam da profissional que deverá atuar no Jardim, bem como qual seria a sua remuneração:

Art. 6º: - O Jardim da Infância terá: uma professora directora, uma professora, uma adjunta, uma conductora de crianças e uma guardiã;

Parágrafo Único - Para nomeação de professora-directora e de professora do Jardim da Infância exige-se não só o diploma de normalista, como também o certificado de pratica pedagogica, nesta categoria especial de ensino.

⁵ "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia" (1928, p. 05-06)

⁶ "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia" (1928, p.06)

⁷ "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia" (1928, p.06)

⁸ "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia" (1928, p.06)

Art. 7º - O pessoal docente e administrativo do Jardim da Infancia é, para todos os efeitos, equiparado ao do Grupo Escolar da Capital.

Art. 8º - Os vencimentos do pessoal do Jardim da Infancia serão: Professora-directora - 3.600\$000; Professora - 3.000\$000; Adjunta - 2.600\$000; Conductora de creanças - 1.400\$000; Guardiã - 1.400\$000.⁹

Assim, está constituído o "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia", contudo, antes de passarmos a análise dos artigos acima apresentados gostaríamos de destacar como ocorreu o processo de implantação do mesmo, bem como, destacar a que clientela dedicou-se este Jardim.

Encontramos dados indicando que a instalação do Jardim da infância não foi tão imediata à solicitação do governador presente no regulamento que indicava: "O Secretario de Estado dos Negócios do Interior assim o entenda e faça executar". Em um officio a diretora do Jardim da Infância, Iria C. de Bittencourt, acusa recebimento do documento, no qual o mesmo Secretário "determina" promover festejos cívicos comemorativos ao dia da árvore de um dia para o outro "a exemplo que se faz nessa data em todo o payz", a então professora registra:

Nada mais digno de louvor do que incentivar nas creanças o amor da pátria pela comemoração das festas cívicas onde se estertifica a índole individualista de cada país. Nada mais digno de louvor do que servir-se da temperatura das crianças cujo calor aumenta ou diminui de acordo com o ambiente em que vivem para intercambiar-se num equilíbrio estável de futuros resultados práticos. Nada mais digno de louvor do que aproveitar dessas festas, para se implantar na criança essa cândida semente um pouco da vida, dando a cada uma todo o cuidado e todo o entusiasmo da missão que se impôs ao desempenho no programa do Jardim da Infância, a comemoração de todas as nossas festas nacionais. Mas infelizmente a festa de amanhã não me é possível comemorar, por não ter casa, por não ter professores e por não ter alunos. Quando o Jardim da Infância estiver funcionando, então Vossa Excelência terá ocasião de ver as nossas datas condignamente comemoradas de acordo com os ensinamentos da pedagogia moderna.

Saude e fraternidade.

Goyas 20 de setembro de 1929

Iria C. de Bittencourt

Directora do Jardim da Infância.¹⁰

⁹ "Regulamento e Programma do Jardim da Infancia" (1928, p.06)

¹⁰ AHG - Documentos avulsos, cx. 0769/1929)

Fica evidente na resposta a insatisfação da diretora pela não instalação e não funcionamento do Jardim da Infância e também pelo desconhecimento dessa situação por parte do mesmo Secretário. Porém, um outro ofício de 21 de novembro do mesmo ano comunica que "Dona Delphina de Albernaz prestou perante de mim o compromisso legal do cargo de Jardim da Infância desta capital"¹¹. Além de uma folha de pagamento dos "docentes do Jardim da Infância nesta capital". Em 9 de novembro 1929 há um comunicado segundo o qual "entraram em exercício as donas 4 professoras respectivamente: professora, adjunta, guardiã e condutora de crianças do Jardim da infância da capital". São dados que evidenciam o funcionamento dessa instituição voltada para a criança pequena de acordo com o que estabelecia o Regulamento.

Sobre quem freqüentava o Jardim da Infância da capital encontramos apenas um quadro de matrícula do ano de 1929 o qual relacionava 41 (quarenta e um) crianças no total, sendo 21 meninos e 20 meninas com idades variando entre 4 e 6 anos. Nesta lista consta ao lado do nome das crianças o nome e profissão dos pais, o que nos oferece um bom quadro do nível social de suas famílias. Os pais em sua maioria absoluta ocupavam cargos considerados relevantes para a o contexto sócio-cultural no qual estavam inseridos, ou seja, faziam parte da elite goiana: 22 eram médicos; 5 eram comerciantes; 7 eram engenheiros; 1 era professor; 1 nada constava; 1 era sapateiro; 1 era farmacêutico. A posição social dos pais era definida também pelo Dr. que antecedia os nomes dos mesmos. Junto a esse documento encontramos também dois boletins mensais dessa instituição que indicam a freqüência do estabelecimento, que até a década de trinta apresentava baixos índices de evasão.¹² Portanto, assim como os demais jardins-de-infância fundados no Brasil no final do século XIX e início do século XX, o 'Jardim da Infancia' goiano figura como destinado a atender crianças pertencentes à elite do Estado. Assim como ocorreu com o jardim-de-infância da Escola Caetano Campos em São Paulo, que de acordo com Kuhlmann Jr & Barbosa (1998, p.122) recebeu em sua primeira turma filhos da elite paulistana e durante muito tempo permaneceu com esta clientela. Passemos agora a análise do ideal de infância presente no Regulamento.

¹¹ AHG – Municípios: cidade de Goiás, cx 755/1928.

¹² AHG – Documentos avulsos: cx 0780/1930.

O ideal de infância: a criança sadia

Apesar do Regulamento estabelecer como faixa etária para o atendimento a que fica abaixo da idade escolar, ou seja, abaixo dos 7 anos, esse espaço não era destinado para todas as crianças dessa idade: “Art. 4º – Serão somente admittidas a matricula no Jardim da Infância creanças de 4 a 7 annos, mediante prova de vacinação anti-variolica e de que não soffrem de nenhuma moléstia contagiosa ou repulsiva.”. A idéia de excluir crianças que não fossem portadoras de boa saúde já estava no regulamento do ensino primário de 1854 de Goiás, o qual delimitava o “acesso à população livre e vacinada não portadora de moléstias contagiosas” além de estarem compreendidos em uma faixa etária entre 05 e 14 anos.¹³ Percebemos, desde então, uma preocupação na separação dos indivíduos o que reflete a visão higienista que predominava no cenário nacional traduzida na não mistura das crianças sadias com outras portadoras de moléstias, como ressalta o parágrafo único do mesmo artigo: “As creanças cegas, as surdas-mudas e idiotas não poderão ser matriculadas”.

O ideal da criança sadia é característico desse período, momento da presença contundente das práticas da ‘higienização’ na escola visando à saúde e o bem estar da infância. Essa perspectiva está presente no documento. As práticas higienistas decorrem do final do século XIX e se estendem ao século XX, como ressalta Gondra (In: FREITAS & KUHLMANN, 2002, p. 315):

O projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma das suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada. No entanto, o reordenamento político, econômico e cultural, por exemplo, impôs outros signos que deveriam contribuir e marcar o Brasil no início do século XX. Um deles foi a própria idéia de progresso e outra a de ordem, desdobráveis em vários níveis e esferas. No registro desses deslocamentos, contudo, é possível detectar permanências, sendo uma delas a própria vontade de higienizar a sociedade, a escola e a infância.

A infância é o alvo principal das práticas higienistas e a escola palco de atos referentes à saúde¹⁴. Criam-se cargos de professores

¹³ SHUELER, A.F.M. Crianças e escolas na passagem do Império para República. In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Humanitas, vol.19,n.37,1999, p.59/84.

¹⁴ No livro organizado por GONDRA, J. (2002) – História, Infância e Escolarização – Rio de Janeiro: 7Letras, os seguintes capítulos aprofundam esta discussão: MAGALDI, Ana Maria – Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros – p. 60-80; FERREIRA, Antonio G. – A higiene e o investimento médico na educação da infância – p.96-109 e GONDRA, José – Higienização da infância no Brasil – p. 110-133.

especializados para ginásticas, investe-se na assistência médica e dentária dos alunos, assim como na alimentação e vestuário dos pobres. Zelar pela saúde dos pequeninos não é só um papel dos médicos e sim da escola, da família e de todos. A função da escola era a de propiciar o amadurecimento intelectual do aluno juntamente com o cuidado da saúde. Esse cuidado, o investimento na nutrição, a preocupação com o asseio dos dentes etc, eram formas de aproveitar a oportunidade do trânsito da criança pela escola não só para melhorar-lhe a saúde, como também para inculcar-lhe hábitos e noções de higiene, influenciando assim, de forma indireta no lar das crianças e nas práticas familiares. Esse trabalho era vital para o projeto instaurado nos anos 20 e 30 em nosso país que visava colocar a realidade nacional sob bases modernas, "(...) Daí podermos observar a importância assumida então por discursos e ações pedagógicas dirigidas às famílias brasileiras por importantes educadores, com vistas a educa-las sobre a melhor forma de se conduzir e de educar seus filhos"(Magaldi 2002, p. 60). Portanto, infância e família são alvos da educação como forma de modelação de comportamentos e atitudes, conseqüentemente as práticas higienistas levadas a cabo por médicos também procuram estes dois eixos. Magaldi (2002) ao analisar o trabalho de um desses médicos Júlio Pires Porto-Carrero aponta que segundo este intelectual estes dois eixos deveriam sofrer ação externa para que se pudesse controlar por completo o processo educativo da infância:

A intervenção de natureza educativa sobre a criança deveria ser conduzida num primeiro momento pela família, já que o espaço doméstico se constituía no primeiro ambiente em que se processava sua vida, cabendo aos médicos e educadores fornecer às famílias a instrumentalização necessária para que conduzissem a contento sua tarefa. Apesar da importância conferida ao espaço da casa, Porto-Carrero não deixava de assinalar os limites observados nas famílias quanto ao exercício de sua função educativa.

Denunciava, por exemplo, pais que encaminhavam o que ele dizia ser uma verdadeira 'arte de perverter' os filhos. E, por entender que esta era uma tendência comum, o médico e educador considerava imprescindível a intervenção das agências especializadas, como a escola. Compreendia o papel educativo a ser exercido por esta instituição, não tanto como de 'cultura de espíritos' – que seria mais exercido pelas famílias – e, mais como de 'ortopedia mental'. Segundo sua visão, caberia à escola, em grande medida, intervir de modo a tentar neutralizar os 'males' e 'perversões' produzidos pela educação da criança no lar, isto é, de modo a consertar as situações negativas já instaladas, procurando, assim, 'endireitar os tortos', como costumava dizer.¹⁵

¹⁵ Magaldi (2002, p. 67-68)

Família e infância apresentam-se com a necessidade de modelagem para que melhor se adaptassem as formas idealizadas, por meio da necessidade de modernização do país. Como conseqüência veremos que o regulamento apesar de pautar-se em princípios froebelianos, portanto, escolanovistas não consegue leva-los avante e várias vezes recorre a atividades destinadas ao treino da percepção da criança bem como ao controle rígido do seu corpo.

A criança possuidora de boa saúde, refletida em seu asseio pessoal, simbolizava o ideal infantil escolar e sua capacidade de aprendizagem apresentar-se-ia como um produto destes elementos. Conseqüentemente a aparência do uniforme, tal qual um espelho, refletiria a sua cognição, por isso o Regulamento em seu artigo quinto refere-se ao uniforme das crianças que deveria constituir-se de três aventais brancos. O branco era a cor por excelência capaz de refletir o asseio pessoal, a cor que imaculava a boa saúde da criança: Art. 5º – “Todas as creanças deverão ter, obrigatoriamente, três aventaes brancos, conforme o modelo adotado no Jardim da Infância.” Em outros documentos a preocupação com a limpeza da escola continua sendo uma referência. Como no ofício de Novembro de 1938 no qual o governador designa um “guarda sanitário” especialmente para o Jardim da infância. Em um outro documento, a diretora do Jardim da Infância solicita providencias para concertar cano que conduz água para caixa d’água onde funciona o prédio do estabelecimento, pois constitui grande prejuízo na higiene das classes¹⁶.

Um outro dado que se sobressai nas linhas do Regulamento é a preocupação de incutir na infância – desde a mais tenra idade – o amor pela pátria e o espírito moral e cívico: o parágrafo 13 do artigo primeiro registra esta questão da seguinte maneira: “Não intervir na atividade infantil, senão para disciplina-la, corrigi-la, e orienta-la para o fim dos primeiros hábitos morais, higiênicos e sociais.” E também no parágrafo 5 do mesmo artigo que estabelecia: “Imprimir o gosto pelo bem e pela verdade. Por meio de historietas próprias e acessíveis à compreensão da creança”. Esse ainda ressalta a importância de se contar “contos breves e pequenos hymnos” para a formação de uma criança adepta aos ideais da República, ou seja, obediente, disciplinada, higiênica e voltada para o bem.¹⁷

¹⁶ AHG – Municípios: Cidade de Goiás (cx 10 - 1935/39).

¹⁷ Para um estudo mais detalhado destas questões ver CARVALHO, Marta Maria Chagas (1998)- *Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação – Bragança Paulista/SP*: EDUSF.

Orientação froebeliana: real ou simbólica?

Para além de todas as questões já apontadas neste texto destacamos que o 'Regulamento e Programa do Jardim da Infância' procura pautar-se na teoria froebeliana, especificamente na Pedagogia desenvolvida por Friedrich Froebel¹⁸. Essa tentativa é prenhe de contradições, entretanto, em algumas passagens do regulamento (1928, p.04), como o excerto abaixo ao tratar dos fins educacionais do Jardim da Infância, essa orientação aparece com maior nitidez:

3º - Estimular as actividades espontâneas e livres da creança, induzindo-a a tentativas e experiências, banidas as imitações e reproduções servis;

4º - Desenvolver, gradativamente, as faculdades, por meio de exercicios adequados sobre objectos e seres familiares ao espirito infantil;

(...) 6º - Despertar o espirito de observação da creança, estimular a sua imaginação e satisfazer os interesses próprios de sua idade;

7º - Aproveitar os objectos da natureza para desenvolver as actividades occultas da creança;

(...) 13º - Não intervir na actividade infantil, senão para disciplinal-a, corrigil-a, e oriental-a para o fim da formação dos primeiros hábitos moraes, hygienicos e sociaes

14º - Fazer, finalmente, do Jardim da Infância um laboratório de actividades, experiências e exercicios educativos.

Nestes cinco fins educacionais estão contidos princípios froebelianos. No livro "A Educação do Homem"¹⁹, na parte em que Froebel

¹⁸ Friedrich August Froebel nasceu em 21 de abril de 1782, na região sudeste da Alemanha, falecendo em 1852. Froebel pode ser considerado o pedagogo dos Jardins de Infância, instituição destinada a educar crianças menores de 06 anos fundada em 1840 na cidade de Blankenburg. Entre suas obras mais famosas destacamos a "Educação do Homem" (1826) e o "Livro de Músicas da Mãe" (1844). Para uma análise detalhada da vida e obra de Froebel ver ARCE, Alessandra (2002)– A Pedagogia na 'Era das Revoluções' – uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel – Campinas: Autores Associados.

¹⁹ Escrito em 1826, o livro "A Educação do Homem" está dividido em duas partes: 1) a primeira apresenta a base filosófica, seguida pelas seções nas quais Froebel formula uma classificação do desenvolvimento humano: o homem no período da primeira infância, o homem no período da infância e o homem no período escolar; 2) na segunda parte o livro apresenta uma discussão a respeito das matérias que deveriam ser objeto de estudo no terceiro período do desenvolvimento do homem, isto é, o período escolar. Essas matérias são: religião, ciências naturais, matemática, linguagem e arte. Por fim Froebel discorre a respeito de algumas considerações particulares sobre: o cultivo do senso religioso, do conhecimento e do corpo, da Natureza, memorização de poemas, exercicios de linguagem baseados na observação da

(2001) se dedica a descrever a criança enquanto participante de uma educação escolar, encontram-se três questões formuladas pelo autor a respeito da necessidade de existência das escolas, sua utilidade e o que deve ser objeto de seu ensino. Destacamos que o ideal de educação de Froebel, centra-se em levar todo indivíduo, desde a primeira infância, a descobrir-se enquanto criatura criada por Deus e, ao mesmo tempo, capaz de criar, imitando no ato criativo o seu Criador. Assim a escola deve primar para que a criança esta semente de Deus na terra, o ser humano, tenha uma vida pura e santa e seja capaz de louvar e glorificar o Criador, enaltecendo-o com a sua vida. Para isso a escola deve favorecer o livre desenvolvimento da criança, orientando-a e guiando-a para o caminho correto, no qual todas as suas potencialidades serão desenvolvidas em harmonia com a Natureza, Deus e a Humanidade.

Portanto, o Regulamento ao destacar como princípios: o estímulo às atividades livres e espontâneas da criança banindo imitações; o privilégio ao fortalecimento da imaginação infantil combatendo automatismos; a defesa pela não intervenção do professor na atividade infantil a não ser para sua orientação e auxílio; o despertar do espírito de observador da criança; a satisfação de suas necessidades e interesses, e o aproveitamento de objetos da natureza para o trabalho com as crianças fundado no agir; acaba por defender os mesmos princípios encontrados no pensamento educacional de Froebel. Pois para Froebel agir pensando e pensar agindo, o melhor método para evitar que o ensino por demais abstrato prejudicasse o desenvolvimento dos talentos dos alunos, o que os levaria à compreensão da tríade que guia todas as suas vidas abrindo, portanto, as portas para se atingir a perfeição enquanto ser humano. O aprender fazendo, proposto por Froebel, respeita, antes de tudo, a metodologia natural das crianças. Segundo Froebel, “(...) observar, apenas observar, pois a criança mesma te ensinará” (apud COLE, 1907, p. 26), eis a máxima que deve reger a educação, pois só assim o professor será capaz de conhecer realmente seu aluno, entendendo sua dinâmica interna e descobrindo sua essência humana, seu potencial, seu talento.

Em seu livro “Pedagogia dos Jardins de Infância”²⁰ Froebel reforça este princípio afirmando que todo o esforço da educação e dos educadores deve estar voltado para o favorecimento do desenvolvimento livre e espontâneo do indivíduo o qual, enquanto um ser que foi criado por

Natureza, desenho, cores e pintura, jogos, histórias e contos, excursões e caminhadas, aritmética, exercícios de gramática, escrita e leitura.

²⁰ FROEBEL, F. (1917) – *Pedagogics of the Kindergarten* – (translated by Josephine Jarvis) – New York and London: D. Appleton and company.

Deus, também possui imensa criatividade e capacidade de criação. Interessante ressaltar que apesar de Froebel defender uma educação pautada no desenvolvimento espontâneo da criança, uma educação que não impusesse à criança aquilo que não fosse resultado natural de seu desenvolvimento, ele não bania totalmente das escolas a educação prescritiva, a qual deveria ser utilizada, mas somente quando alguma criança se encontrasse desviada de seu processo natural de desenvolvimento. Retornando a criança ao caminho correto esta educação deveria ser abolida. Essa premissa, todavia, aponta em uma direção oposta da apresentada no item 13º do Regulamento, começamos, então a desvelar as contradições.

Como o cerne da pedagogia froebeliana repousa na 'Unidade Vital' constituída por Deus, pelo Homem e pela Natureza, a religião e do desenvolvimento espiritual são protagonistas do processo educativo infantil. No Regulamento esta questão não se faz presente o que lhe confere um certo caráter de laico, mas por outro lado o distancia da filosofia que fundamenta a pedagogia de Froebel. Evidencia-se portanto, neste ponto a relação contraditória do Regulamento com a teoria que seria deveria ser o seu alicerce. Outro ponto de contradição aparece no artigo 2º (1928, p.05) que define o conteúdo do programa do Jardim da Infância:

Art. 2º - O programma do Jardim da Infância comrehende:

- 1) Exercícios de linguagem; recitativos e monólogos;
- 2) Dons Frobelianos;
- 3) Contagem de bolas e conhecimentos dos números no mapa;
- 4) Cores primarias e secundarias;
- 5) Confeções de modelos simples de mosaico e architectura;
- 6) Desenhos de páozinhos, lentilhas, piões, taboinhas com applicações diversas, desenho da imaginação;
- 7) Exercícios representativos de figuras geométricas com gonigrapho, exercício de graça;
- 8) Contos breves e pequenos hymnos, movimentados e accessíveis á comprehensão infantil;
- 9) Exercícios physicos com os dedos, mãos, braços, pernas e cabeça;
- 10) Marchas, saltos, rondas, corridas e jogos imitativos do cultivador e do operário, acompanhados sempre de cantos;
- 11) Regras de etiqueta e conversações sobre o respeito devido aos Paes, aos mais velhos, aos iguaes e aos creados; noções rudimentares sobre a familia, a sociedade e as autoridades constituídas.

O conjunto de conteúdos, acima expostos, demanda da criança uma rotina rígida²¹ de trabalho chocando-se com o exposto nos parágrafos 3, 6, 12 e 13 dos fins educativos do Jardim da Infância, por sua vez confrontando-se com os princípios froebelianos expostos anteriormente. Note-se que os Dons Froebelianos estão listados como um dos conteúdos do programa, acentuando-se assim a relação contraditória entre o Regulamento e a pedagogia de Friedrich Froebel. Porque quando Froebel (2001), colocou seu foco educacional sobre os “dons” como uma forma de desenvolver a criança brincando, ele o fez porque achava que a única forma da criança desenvolver sua inteligência e sua essência humana (que para Froebel era o mesmo que essência divina) seria através de sua ação e para isso ela necessitaria de materiais que a impulsionassem a agir.

Esta não era uma questão que se limitasse à construção de brinquedos, tratava-se de materializar estruturas matematicamente perfeitas com as quais a criança poderia aprender, um material que fosse capaz de representar o que elas já sabiam e de lhes ensinar algo novo, um material que conseguisse externalizar o que ocupava suas mentes, mostrando seus talentos. O adulto, ao observar as crianças trabalhando com esses “dons”, seria capaz de perceber que áreas interessariam mais a esta ou àquela criança, o trabalho então, deveria ser focalizado nestas áreas com as quais a criança melhor trabalha para que fosse realmente frutífero. O material deveria ser explorado de três formas: a primeira era a forma da vida, a criança construiria livremente formas que estão em seu cotidiano como cadeiras, armários; a segunda era a da beleza onde a criança daria vazão a formas geométricas e a terceira, a do conhecimento, na qual seriam explorados os mais variados conceitos matemáticos como volume, tamanho, quantidade, bem como exercitada a linguagem com o aprendizado dos nomes apropriados dados às formas surgidas.

Importante ressaltar que os “dons” possibilitariam os aqui já mencionados movimentos de interiorização e exteriorização de conhecimentos pela criança. Aliás o jogo e a brincadeira, nos Jardins-de-Infância froebelianos, deveriam ocupar um lugar de primazia, infelizmente, o Regulamento não os elege como motores do programa aparecendo estes

²¹ A rotina deste jardim-de-infância rígida e extremamente controlada assemelha-se a rotina do jardim-de-infância da Escola Caetano Campos. Para um maior detalhamento desta questão (a rotina de trabalho no jardim da escola Caetano Campos) ver KUHLMANN JR. M. & BARBOSA, C. (1998) *Pedagogia e rotinas no ‘Jardim da Infância’* – in KUHLMANN, JR. M. (1998) – *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica* – Porto Alegre: Mediação.

como um recurso a mais na preparação das crianças para os processos de alfabetização²².

A preocupação com a instrução primária norteia o Regulamento, no parágrafo 11 dos fins educacionais é explícito ao destacar: "11 - Preparar a criança para receber com proveito a instrução primária, iniciando-a na leitura, escrita, desenho, cálculo, por meio de brinquedos apropriados" (1928, p.04). Como decorrência deste foco temos no item 1º do programa do Jardim da Infância (acima citado) os exercícios de linguagem. Assim o Jardim da Infância distancia-se um pouco mais da pedagogia froebeliana que fica reduzida as atividades desenvolvidas por froebel, feita a devida assepsia da teoria que deveria fundamentá-las. O trabalho pedagógico reveste-se de um emaranhado de atividades manuais que visam muito mais o disciplinamento do corpo infantil para as atividades a serem enfrentadas na instrução primária, em oposição ao cultivo do livre desenvolvimento infantil apregoado por Friedrich Froebel. Contudo, a concepção de infância presente no Regulamento se mantém coesa, a criança é o foco da concepção higienista e o disciplinamento do corpo é um componente fundamental e incompatível com os princípios escolanovistas de Froebel.

Gostaríamos de destacar que apesar da incoerência teórico-metodológica o Regulamento (1928, p. 06) pauta-se em algo muito caro para Froebel: a presença massiva feminina no Jardim-de-Infância:

"Art. 6º – O Jardim da Infância terá: uma professora-diretora, uma professora, uma adjunta, uma condutora de crianças e uma guardiã.

Parágrafo Único – Para nomeação de professora-diretora e de professora do jardim da Infância exige-se não só o diploma de normalista, como também, o certificado de prática pedagógica, nesta categoria especial de ensino."

O Jardim-de-Infância para Froebel não poderia prescindir da mulher definida pelo seu papel de mãe em seu cotidiano. Froebel em toda sua obra procura conclamar as mulheres de sua época a assumirem a maternidade e a educação da primeira infância, insistindo na benção que é ser mãe e na importância da criança como semente da divindade. Como no Jardim as crianças ficariam privadas de suas mães, as jardineiras, ou seja, outras mulheres/mães seriam as suas representantes. A questão de gênero no magistério é um estudo que ainda está para ser feito em Goiás, essa ocupação de espaço se deu lentamente, nos documentos do AHG é notório a

²² O processo de alfabetização para Froebel também deveria ocorrer de maneira espontânea e a pedido da própria criança sem que fossem necessários massivos treinos preparatórios. Para um estudo mais detalhado desta questão ver ARCE, Alessandra 2002 – Lina uma criança exemplar! Friedrich Froebel e a Pedagogia dos Jardins de Infância – in Revista Brasileira de Educação – Campinas: Autores Associados/ANPED, v. 21, p.17-27.

ocupação feminina em escolas somente para o sexo feminino. Interessante esse apontamento das fotos, pois o incentivo da mulher para a carreira do magistério, na condição de mulher-mãe – a profissional ideal como já havia elegido Froebel em meados do século XIX:

Esse papel indicado por Froebel – o criador dos sistemas de Jardins de Infância – foi copiado e divulgado amplamente no decorrer da história da educação, apesar de não se adaptar plenamente no Regulamento de Instrução Pública de 1868 (Goiás) o qual proclamava que as mulheres casadas para lecionar teriam que ter autorização do marido, a viúva, certidão de óbito, as solteiras só com mais de 21 anos e com autorização dos pais ou tutores e também só poderiam lecionar em turmas reduzidas do sexo feminino (CANEZIN e LOUREIRO, p. 19). Isso parece que modificou no decorrer do século XX. Reforçando essa presença feminina na educação goiana e a atividade da mulher-mãe no ensino primário o Correio Oficial registrava:

(...) uma moça que possua bastantes noções de pedagogia experimental, psicologia e higiene infantis, alicerçadas em firmes conhecimentos das ciências subsidiárias da educação está muito mais apta a educar com segurança sua prole, mais afeita, a levar avante a obra da educação... Unir o lar á escola, eis um dos encargos da aprendizagem.” (Correio Oficial nº 2327 de 28/out./1932, p. 5, In: CANEZIN e LOUREIRO, p. 90).

Outro dado importante de se analisar é o da exigência da candidata ser portadora de diploma e experiência na prática. Em Goiás existiam, nesta época, dois estabelecimentos destinados a formação de professoras, ou seja, o curso “Normal”. O primeiro instalado no final do século XIX – em 1889 – denominado Colégio Sant’Anna era de ordem privada e destinado somente para moças da elite goiana e funcionava em regime de internato e semi-internato. A Escola Normal, funcionava em anexo ao Colégio Lyceu de Goiás, era pública e recebia ambos os sexos, porém o que determinava era o sexo feminino. Ao observarmos as disciplinas que eram ministradas em ambos, percebemos que pouco havia de especificidade para essa faixa etária. Não podemos deixar de mencionar que o Regulamento prevê nos fins educativos no item (1928, p. 5) “14º-Fazer, finalmente, do Jardim da Infância um laboratório de actividades, experiências e exercícios educativos”, ou seja, pretendia-se a exemplo dos demais Jardins criados no Brasil fazer-se dele um laboratório para uso no curso normal. Portanto, as jardineiras se qualificariam na prática, e neste ponto Froebel reaparece, porque ele também considerava que a qualificação desta mulher/mãe deveria se dar na prática.

Conclusão

Sem dúvida alguma o Regulamento oficial do Jardim da infância da capital oferece muitos outros elementos que podem contribuir com as investigações sobre a história da educação infantil em Goiás, como por exemplo a presença da "lição de coisas" como suporte metodológico do trabalho (questão esta não explorada neste texto podendo ser estudada em outros artigos), e também como referência para os estudos regionais comparativos (por exemplo um trabalho que procurasse comparar os jardins-de-infância implementados no Rio de Janeiro e São Paulo com os estabelecidos em outros Estados brasileiros, este de Goiás poderia ser um deles a ser estudado). Porém nossa intenção nesse texto foi a de apresentar um pouco da concepção de criança contida no regulamento bem como discorrer a respeito do alicerce teórico das práticas pedagógicas intencionadas para essa infância a partir do Regulamento.

Podemos concluir brevemente que apesar das incoerências teórico-metodológicas que o documento oficial apresenta, há uma preocupação no sentido de proporcionar a infância um espaço diferenciado que sirva para o aprendizado antes da entrada oficial para a escola. Não podemos afirmar o quanto esse documento serviu para orientar a prática pedagógica desse primeiro estabelecimento público do Estado, porém podemos observar que muito do que parece "novo" já estava posto em tempos que muitas vezes consideramos antigos e ultrapassados.

A importância de se conhecer a história e de buscar nas fontes oficiais registros sobre a educação proposta no passado, pode contribuir para pensarmos as políticas atuais voltadas para a educação infantil, assim como para repensarmos a concepção de criança que as alicerça.

Referências

ARCE, A. (2002) – A Pedagogia na 'Era das Revoluções' – uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel – Campinas: Autores Associados.

CANEZIN, M. T. & LOUREIRO, W. N. (1994) - A escola normal em Goiás. Goiânia: Editora da UFG.

CHAUL, N. F. (1997) - Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: Ed. da UFG.

- COLE, P. – Herbart and Froebel – na attempt at synthesis – New York: Teachers college/ Columbia University, 1907.
- FREYRE, G. (1996) - Casa-grande e Senzala. Rio de Janeiro: Record.
- FROEBEL, F. (2001) – A Educação do Homem – Tradução de Maria Helena Camara Bastos – Passo Fundo/RS: Editora da Universidade de Passo Fundo.
- GONDRA, J.G. (2002) - “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, M.C. de & M. KUHLMANN JÚNIOR (orgs.). Os intelectuais da história da infância. São Paulo: Cortez, p.289/318.
- KUHLMANN JR. M. & BARBOSA, C. (1998) Pedagogia e rotinas no ‘Jardim da Infância’ – in KUHLMANN, JR. M. (1998) – Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica – Porto Alegre: Mediação.
- LEITE, M.L.M. (1997) - A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagens. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, p.17-50.
- MAGALDI, Ana Maria B. de (2002) – Cera a modelar ou riqueza a preservar: a infância nos debates educacionais brasileiros – in GONDRA, J. (org.) (2002) – História, Infância e Escolarização – Rio de Janeiro: 7letras, p. 60-80.
- NAGLE, J. (2001) - Educação e sociedade na Primeira República. Rio de Janeiro:DP&ª
- NEPOMUCEMO. M. A. (1994) - A ilusão Pedagógica – 1930-1945: Estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia:Editora da UFG.
- PALACÍN, L. (1994) - História de Goiás. Goiânia: Ed. da UCG.
- RODRIGUES, M. A C. de S. (1982) - A modinha em Vila Boa de Goiás. Goiânia: Ed. da UFG.
- SHUELER, A F. M. de. (1999) - Crianças e escolas na passagem do Império para a República. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.19, n.37, p.59/84.
- SILVA, A L. da. (2001) - A Revolução de 30 em Goiás. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel.
- VALDEZ, D. (1999) - Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX. Dissertação de mestrado: UFG.

VIEIRA, M.P. A; PEIXOTO, M.R.C. e KHOURY, Y.M.A. (1989) - A pesquisa em História. São Paulo: Ática.

Alessandra Arce é Doutora em Educação Escolar pela UNESP campus de Araraquara. Professora do Departamento de Psicologia e Educação da USP – Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, campus de Ribeirão Preto. Projeto de pesquisa atual: *A Naturalização da Infância e a Pedagogia Centrada na Criança - uma análise do pensamento de Montessori e Claparède e de suas repercussões na difusão do ideário escolanovista no Brasil.*

Endereço para correspondência: Avenida Portugal 1620 apartamento 102 – Santa Cruz – Ribeirão Preto/SP – 14020-380. Fone: (16) 3916 5431
e-mail: alessandraa@ffclrp.usp.br

Diane Valdez é Mestre em História pela UFG e doutoranda em História e Filosofia da Educação pela UNICAMP.
Rua Padre Vieira, 848 apto 403 – Centro – Campinas/SP – CEP 13015-301.
Fone (19) 3233 2157. E-mail: dianevaldez@terra.com.br

Data de recebimento: 20 de dezembro de 2003

Data de aprovação: 20 de abril de 2004